



Conselho Nacional de Saúde

Os efeitos da PEC 55 na Saúde / SUS

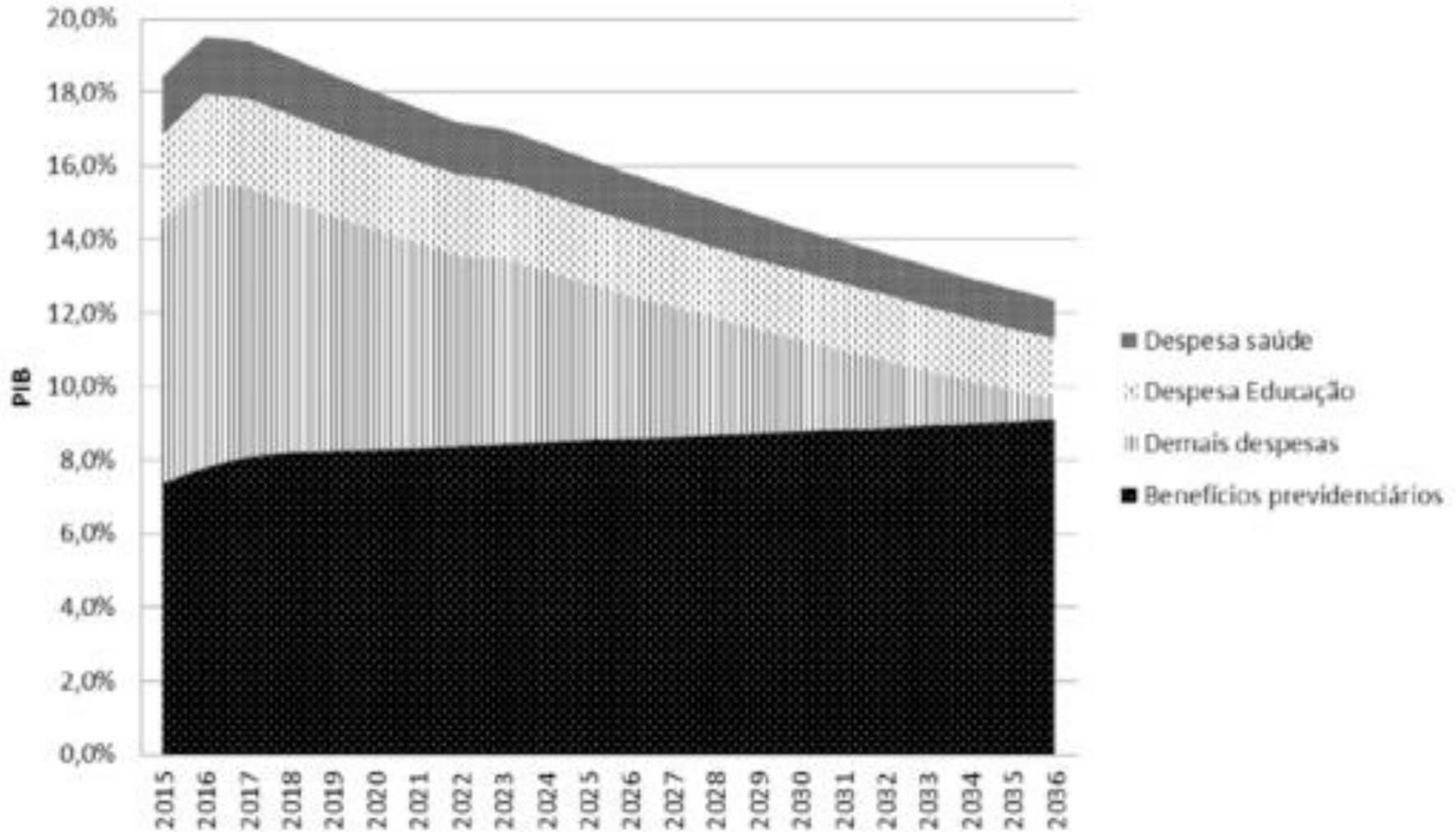
Grazielle David

Mestre em Saúde Coletiva/Economia da Saúde

Assessora Política do **INESC** - Instituto de Estudos Socioeconômicos

Diretora do CEBES – Centro Brasileiro de Estudos em Saúde

Efeitos da PEC nas despesas primárias





Conselho Nacional de Saúde

A Saúde com a PEC 55

- Por emenda à PEC 55, Saúde e Educação terão um piso, um valor mínimo obrigatório a ser aplicado, o que não ocorrerá com outras áreas. Assim, para que mais seja investido em Saúde e Educação, outras políticas públicas e investimentos deverão ser cortados, já que existe o teto global.
- Gastos com saúde:
2017: 15% RCL
2018: 2017 + IPCA
2019: 2018 + IPCA ... 2036
- Em 2017, o valor aplicado em saúde será maior do que o valor anteriormente previsto de forma escalonada pela EC 86/2015. Porém, como a RCL em 2017 ainda estará baixa, o congelamento da PEC 55 será feito sobre um dos valores mais baixos aplicados em saúde nos últimos anos. Em si, isso já representa imensa perda para a saúde.
- Além disso, a saúde sofre de subfinanciamento crônico, o que resulta em estrutura inferior às necessidades da sociedade brasileira. Congelar por 20 anos os gastos, implicará em nunca sair dessa situação.



Conselho Nacional de Saúde

A Saúde com a PEC 55

- Como ao longo dos anos o PIB crescerá e as despesas primárias ficarão congeladas, isso representará uma redução da % do PIB e da RCL para os gastos sociais e de investimento – Desrespeito ao princípio do uso máximo de recursos disponíveis para a realização de direitos humanos, constante em Tratado do qual o Brasil é signatário. Ao longo dos anos, com a retomada da economia, a regra da PEC 55 é bem pior que a da EC 86, em vigor atualmente.
- Com o limite (teto) dos gastos com despesas primárias cada vez mais baixo ao longo dos anos em % do PIB, ocorrerá uma inviabilização, mesmo que haja interesse, de aumentar os recursos financeiros para Saúde e Educação. Não haverá disponibilidade / espaço para isso.



Conselho Nacional de Saúde

A Saúde com a PEC 55

- Pela regra anterior, o gasto em saúde aumentaria com o aumento da RCL, isso não ocorrerá com a PEC 55. Como ao longo dos 20 anos haverá aumento da RCL cuja % não será convertida para a saúde, deixarão de ser gastos em saúde R\$ 434 bilhões.

Ano	RCL	Gasto Federal com Saúde (ASPS)						Perda com a PEC 241	
		EC 86			PEC 241				
	R\$ bilhões	R\$ bilhões	R\$ bilhões de 2016	% da RCL	R\$ bilhões	R\$ bilhões de 2016	% da RCL	Em % do orçamento calculado pela EC 86	Em R\$ bilhões de 2016
2017	758,3	103,9	98,8	13,7	113,7	108,2	15,0	9,5%	9,38
2018	808,3	114,0	103,8	14,1	119,5	108,8	14,8	4,9%	5,08
2019	861,5	124,9	108,8	14,5	124,9	108,8	14,5	0,0%	0,00
2020	918,3	137,7	114,8	15,0	130,5	108,8	14,2	-5,2%	-6,00
2021	978,8	146,8	117,1	15,0	136,4	108,8	13,9	-7,1%	-8,30
2022	1.043,3	156,5	119,5	15,0	142,6	108,8	13,7	-8,9%	-10,64
2023	1.112,1	166,8	121,9	15,0	149,0	108,8	13,4	-10,7%	-13,03
2024	1.185,4	177,8	124,3	15,0	155,7	108,8	13,1	-12,4%	-15,47
2025	1.263,5	189,5	126,8	15,0	162,7	108,8	12,9	-14,2%	-17,96
2026	1.346,8	202,0	129,3	15,0	170,0	108,8	12,6	-15,8%	-20,49
2027	1.435,5	215,3	131,9	15,0	177,7	108,8	12,4	-17,5%	-23,08
2028	1.530,1	229,5	134,6	15,0	185,7	108,8	12,1	-19,1%	-25,72
2029	1.630,9	244,6	137,3	15,0	194,0	108,8	11,9	-20,7%	-28,41
2030	1.738,4	260,8	140,0	15,0	202,7	108,8	11,7	-22,3%	-31,15
2031	1.853,0	277,9	142,8	15,0	211,9	108,8	11,4	-23,8%	-33,95
2032	1.975,1	296,3	145,7	15,0	221,4	108,8	11,2	-25,3%	-36,81
2033	2.105,3	315,8	148,6	15,0	231,4	108,8	11,0	-26,7%	-39,72
2034	2.244,0	336,6	151,5	15,0	241,8	108,8	10,8	-28,2%	-42,69
2035	2.391,9	358,8	154,6	15,0	252,6	108,8	10,6	-29,6%	-45,73
2036	2.549,5	382,4	157,7	15,0	264,0	108,8	10,4	-31,0%	-48,82
Resultado estimado:									-433,52



Conselho Nacional de Saúde

A Saúde com a PEC 55

- Além disso, como haverá aumento da demanda de recursos financeiros em decorrência do fato de que em 20 anos a população brasileira crescerá 9% e dobrará a população idosa (IBGE), e mesmos assim os gastos em saúde estarão congelados, sem aumento real, o resultado será uma aplicação per capita menor em saúde. Desrespeito ao princípio do não retrocesso social.
- Desconsideram que o gasto com saúde tem efeito multiplicador

AS DESPESAS SOCIAIS SÃO
GASTOS FORA DE
CONTROLE



AS DESPESAS SOCIAIS
SÃO INVESTIMENTOS
DEVIDO A SEU EFEITO
MULTIPLICADOR.
POR EXEMPLO, CADA R\$
1,00 GASTO EM SAÚDE
AUMENTA R\$ 2,70 NO PIB.

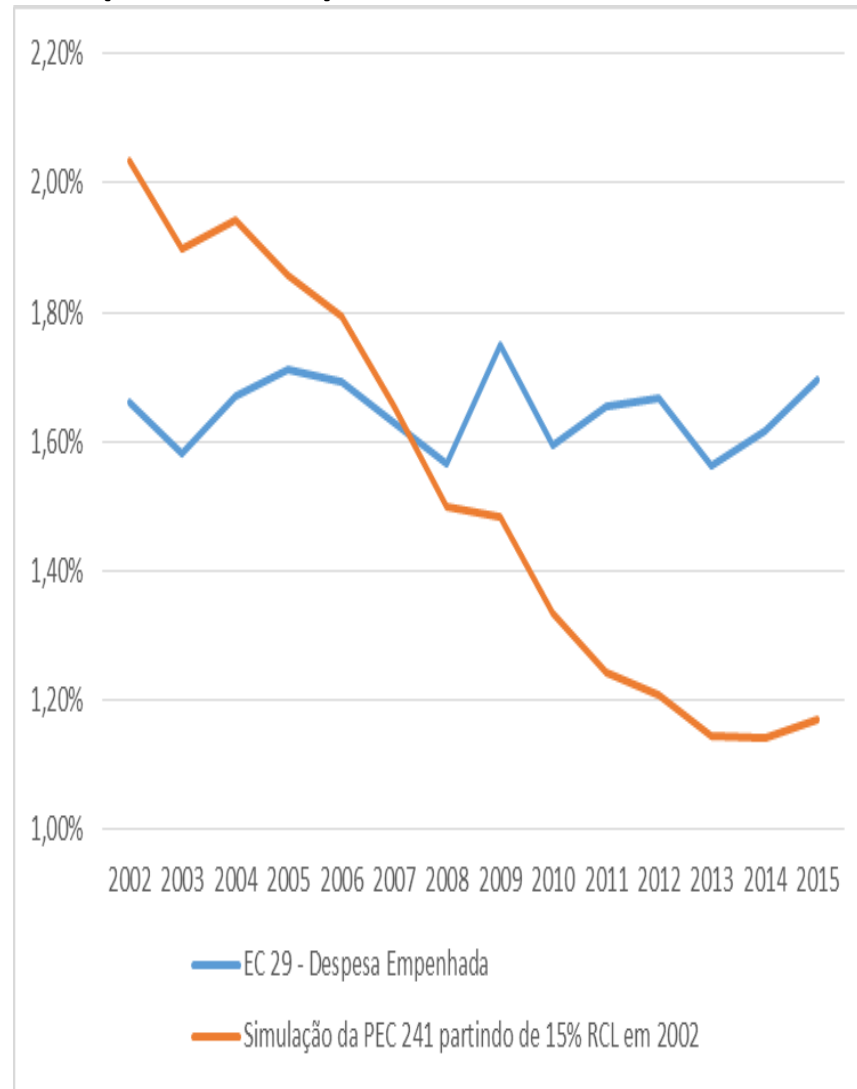




Conselho Nacional de Saúde

CENÁRIO RETROSPECTIVO (2003-2015)

Ano	EC 29 - Despesa Empenhada		Simulação da PEC 241 partindo de 15% RCL em 2002		
	R\$ milhões correntes	% do PIB	R\$ milhões correntes ¹	% do PIB	Perda em relação à EC 29 (R\$ milhões a preços médios de 2015)
2002	24.737	1,66%	30.289	2,03%	
2003	27.181	1,58%	32.609	1,90%	-10.758
2004	32.703	1,67%	38.013	1,94%	-9.871
2005	37.146	1,71%	40.316	1,86%	-5.516
2006	40.750	1,69%	43.247	1,79%	-4.170
2007	44.303	1,63%	44.990	1,65%	-1.106
2008	48.670	1,57%	46.650	1,50%	3.080
2009	58.270	1,75%	49.477	1,48%	12.782
2010	61.965	1,59%	51.852	1,33%	13.995
2011	72.332	1,65%	54.362	1,24%	23.321
2012	80.063	1,67%	58.009	1,21%	27.153
2013	83.053	1,56%	60.864	1,14%	25.725
2014	91.899	1,62%	64.941	1,14%	29.391
2015	100.055	1,69%	69.176	1,17%	30.879
			total 2003-2015		134.905



Fonte: Adaptado de Grupo Técnico Interinstitucional de Discussão sobre Financiamento do SUS (GTIF-SUS) e Substitutivo da PEC 241 apresentado no Relatório do Deputado Darcisio Perondi de 04/10/2016.

Nota:

(1) A partir de 2003, corrigido anualmente pelo IPCA Acumulado em doze meses em junho do ano anterior



Conselho Nacional de Saúde

Os efeitos da PEC 55 na saúde

- Como muito dos gastos em saúde são vinculados a políticas e programas específicos, as despesas discricionárias serão as mais afetadas.
- São elas: PAB (Piso da Atenção Básica) variável, os medicamentos, exames complexos, cirurgias eletivas e vigilâncias (sanitária, epidemiológica e em saúde).



Conselho Nacional de Saúde

O diagnóstico correto

Indicadores de receita e despesa pública, variação e média por mandato presidencial, valores nominais — 1995-2014

(%)

GOVERNO	Δ RECEITA TOTAL SE- TOR PÚBLICO		Δ DESPESA TOTAL SE- TOR PÚBLICO		Δ RECEITA PRIMÁRIA GOVERNO FEDERAL		Δ DESPESA PRIMÁRIA GOVERNO FEDERAL	
	Acumulado	Média	Acumulado	Média	Acumulado	Média	Acumulado	Média
FHC I (1995-98)	20,03	6,27	25,39	7,83	15,41	7,42	31,18	14,53
FHC II (1999-02) ...	37,21	8,22	34,56	7,7	52,86	11,19	34,90	7,77
Lula I (2003-06)	39,54	8,68	34,13	7,61	52,39	11,1	47,33	10,17
Lula II (2007-10) ...	47,70	10,24	47,27	10,16	48,62	10,41	43,53	9,45
Dilma I (2011-14) ..	22,17	5,13	35,06	7,8	23,59	5,43	41,68	9,1

FONTE: IMF (2015).
Brasil (2015)

NOTA: Quanto aos indicadores do setor público, a série do Governo FHC I corresponde a três anos (96-98), enquanto os indicadores do Governo Federal, apenas dois (97-98).

A crise fiscal é de falta de receitas e não de excesso de despesas primárias.



Alternativas à PEC 55

- Reforma Tributária com Justiça Fiscal: produziria efeitos mais imediatos para lidar com a crise fiscal e ainda reduzindo desigualdades.
- Revogar lei que isenta a tributação de lucros e dividendos no Imposto de Renda. Aumento estimado de arrecadação de R\$ 43 bilhões. Se somado a redistribuição e aumento das alíquotas, chegaria a R\$ 80 bilhões;
- Tributar IPVA para aeronaves e embarcações;
- ITR: baixa participação na arrecadação, apesar dos grandes territórios rurais.



Conselho Nacional de Saúde

Alternativas à PEC 55

- “Receitas em Potencial”:
 - Aprimorar os mecanismos de controle da sonegação fiscal: R\$ 500 bilhões/ano em 2015.
 - Aprimorar os mecanismos de cobrança da dívida ativa: montante de R\$ 1,5 trilhão e R\$ 252 bilhões transitados em julgado.
 - Aprimorar a regulação dos mecanismos de elisão fiscal: R\$ 1 trilhão em paraísos fiscais, somente de brasileiros. A Lei de Repatriação demonstra como muito desse dinheiro não foi adequadamente tributado.
 - Rever as desonerações tributárias: R\$ 450 bilhões em 2015.
- Controlar as despesas financeiras:
 - Apesar de representar 30% do Orçamento Federal para 2017, sendo 13% para juros e 17% para amortização da dívida; as despesas primárias estão excluídas do teto da PEC 55.
 - Rever a alta taxa de juros: taxa Selic 13,9% em Novembro / 2016; uma das mais altas do mundo, inclusive em período de demanda baixa e baixa da inflação.

Fontes: <http://bit.ly/2fdbNef>



Conselho Nacional de Saúde

Como é o limite de gastos nos outros países

- Já existe estrutura consolidada de prestação de serviços públicos;
- Não é mudança de texto constitucional e sim acordo político;
- Os prazos são curtos e não de 20 anos;
- Existe flexibilidade para aumento de gastos públicos em tempos de recessão;
- Não é vinculado à variação inflacionária e sim a taxa de crescimento de longo prazo do PIB – existe crescimento real do gasto, diferente da PEC 55.



Conselho Nacional de Saúde

Estados e Municípios

- Apesar da exceção das transferências constitucionais da PEC 55, os estados e municípios ainda serão fortemente afetados, uma vez que muito dos repasses são feitos via transferências fundo a fundo, dentro da política pública.
- Ex: Atenção Básica em Saúde – os municípios são os executores, as obrigações permanecerão, mas os recursos financeiros estarão extremamente diminuídos, especialmente com os cortes no PAB variável.



Conselho Nacional de Saúde

O que o PLOA 2017 revela

Tipo de Despesa	PLOA 2016		PLOA 2017		PEC 241* 2017	
	R\$ bilhões	% do total	R\$ bilhões	% do total	R\$ bilhões	% do total
Pessoal	287,5	13,6%	306,9	12,1%	308,2	13,6%
Juros	304,1	14,4%	339,1	13,3%	326,0	14,4%
Outras Desp Correntes	1.100,7	52,0%	1.200,9	47,2%	1.180,0	52,0%
Investimentos	134,5	6,4%	129,1	5,1%	144,2	6,4%
Inversões Financeiras	88,3	4,2%	82,0	3,2%	94,7	4,2%
Amortização	159,8	7,6%	436,8	17,2%	171,3	7,6%
9-RES	40,3	1,9%	48,2	1,9%	43,2	1,9%
TOTAL	2.115,3	100,0%	2.542,8	100,0%	2.267,6	100,0%

Fonte: Siga Brasil. Elaboração própria. * com filtro excluindo o valor de refinanciamento da dívida.

De 2016 para 2017, haverá redução do gasto com pessoal, com as despesas correntes (onde encontra-se a saúde) e com investimentos (infraestrutura). Enquanto isso, os gastos com juros e amortização da dívida corresponderão a 30% do gasto do orçamento federal.

Função (Cod/Desc)	PL 2016	2016 + IPCA	PL 2017	correção IPCA	PL/PEC
01 - LEGISLATIVA	7.461.854.446	7.999.107.966	8.112.225.736	537253520,11	101,41
02 - JUDICIÁRIA	33.306.227.233	35.704.275.594	34.539.761.853	2398048360,78	96,738
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	6.500.904.090	6.968.969.184	7.382.209.021	468065094,48	105,93
04 - ADMINISTRAÇÃO	27.988.852.270	30.004.049.633	27.420.901.900	2015197363,44	91,391
05 - DEFESA NACIONAL	60.147.948.144	64.478.600.410	68.423.775.496	4330652266,37	106,12
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	8.082.731.570	8.664.688.243	8.006.425.762	581956673,04	92,403
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	3.148.112.606	3.374.776.714	3.429.078.172	226664107,63	101,61
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	77.806.618.158	83.408.694.665	83.215.587.636	5602076507,38	99,768
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	572.926.804.827	614.177.534.775	650.651.834.366	41250729947,54	105,94
10 - SAÚDE	100.699.571.847	107.949.941.020	107.517.736.639	7250369172,98	99,6
11 - TRABALHO	74.338.720.360	79.691.108.226	74.791.195.034	5352387865,92	93,851
12 - EDUCAÇÃO	103.006.579.637	110.423.053.371	110.694.082.017	7416473733,86	100,25
13 - CULTURA	2.178.969.742	2.335.855.563	2.182.964.147	156885821,42	93,455
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1.339.578.249	1.436.027.883	1.516.339.232	96449633,93	105,59
15 - URBANISMO	2.480.729.336	2.659.341.848	2.937.975.938	178612512,19	110,48
16 - HABITAÇÃO	12.402.182	13.295.139	341.400.000	892957,10	2567,3
17 - SANEAMENTO	837.301.985	897.587.728	1.384.949.999	60285742,92	154,3
18 - GESTÃO AMBIENTAL	6.160.605.612	6.604.169.216	4.514.502.343	443563604,06	68,358
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.280.968.633	8.877.198.375	8.256.281.122	596229741,58	93,005
20 - AGRICULTURA	30.131.678.124	32.301.158.949	35.854.176.666	2169480824,93	111
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.958.554.806	4.243.570.752	2.908.270.659	285015946,03	68,534
22 - INDÚSTRIA	2.369.923.668	2.540.558.172	2.348.527.425	170634504,10	92,441
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.497.429.276	12.325.244.184	11.203.765.469	827814907,87	90,901
24 - COMUNICAÇÕES	2.915.581.899	3.125.503.796	2.456.800.408	209921896,73	78,605
25 - ENERGIA	88.841.358.852	95.237.936.689	83.425.903.678	6396577837,34	87,597
26 - TRANSPORTE	19.519.513.605	20.924.918.585	20.186.207.845	1405404979,56	96,47
27 - DESPORTO E LAZER	1.511.356.020	1.620.173.653	894.283.507	108817633,44	55,197
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	340.155.141.574	364.646.311.767	342.152.964.883	24491170193,33	93,831
- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.810.697.211	57.685.067.410	60.224.934.116	3874370199,19	104,4
TOTAL	1.651.416.715.962	1.770.318.719.511	1.766.975.061.069	118902003549,26	

No PLOA 2017, avaliando por função, e comparando o valor do PLOA 2016 com o PLOA 2017, há previsão de redução na maioria das funções. Inclusive para a saúde, de R\$ 200 milhões. E com destaque para gestão ambiental, organização agrária e desporto e lazer.

A situação de 2017 ficará mais explícita no final do ano, quando será possível usar como base de cálculo para 2016 o valor pago + restos a pagar pago.



Conselho Nacional de Saúde

- As políticas tributárias regressivas e o corte de programas sociais dos quais milhares de pessoas dependem para que tenham uma vida digna, resultam em discriminação por parte do governo de uma importante parcela vulnerável da sociedade. Cabe aos governos manter políticas de igualdade e não discriminação, em compromisso com a promoção de direitos humanos. Sendo assim, os países devem pensar em políticas fiscais que não reduzam direitos da população.
- Responsabilidade fiscal não deve ser baseada em cortes de programas sociais, assim como a proteção dos direitos humanos não pode depender da situação econômica de um país. Em tempos de dificuldades, os governantes têm o dever de proteger seus cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.



Conselho Nacional de Saúde

Obrigada.

